

QUEM ESTÁ AUTORIZADO A FALAR? A MÁSCARA COMO METÁFORA DO SILÊNCIO

Diogo Coutinho Santana

RESUMO

A partir de uma breve análise de *Memórias da Plantação* de Grada Kilomba, pretende-se refletir sobre a produção intelectual negra, sobretudo as obras literárias brasileiras, tendo como base os estudos de autoras negras como Lélia Gonzalez e Conceição Evaristo, em paralelo ao conceito de “Outridade” e “Máscara do silêncio” de Kilomba, tendo como ponto de partida para a discussão alguns questionamentos que a autora apresenta em sua obra. O presente trabalho evidencia a relevância de (re)pensarmos a escrita de mulheres negras como ferramenta para combater o epistemicídio que ainda persiste quanto se trata da intelectualidade negra. Apresenta-se, portanto, a produção de conhecimento teórica e literária de sujeitos negros como forma de resistir em um cenário predominantemente branco e eurocêntrico, inscrevendo-os como protagonistas e detentoras de suas próprias vozes.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemicídio; Literatura negro-brasileira, Máscara do silêncio.

INTRODUÇÃO

Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (GONZALEZ, 1984, p. 225)

Assumir a própria fala, como bem coloca Lélia Gonzalez, desvela o processo de silenciamento sofrido pela pessoa negra ao longo da história, em se tratando deste trabalho, mais especificamente na literatura. Para além do silêncio imposto, o sujeito negro é aquele que é falado pelo outro, que, historicamente, é retratado a partir do olhar do branco, do colonizador, dentro de uma lógica de dominação. Sendo assim, foram cristalizados estereótipos que associam a sua imagem à subalternidade, situando-o à margem.

Grada Kilomba (2019) reforça essa ideia ao lembrar a máscara do silêncio, instrumento de tortura usado por senhores brancos para impedir que os escravizados

comessem do que colhiam e, além disso, para impor o silêncio e o medo. Em seu livro *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, Kilomba traz a imagem da escravizada Anastácia utilizando a máscara de flandres para ilustrar os efeitos dessa técnica de tortura. Para a autora, a máscara simboliza uma estratégia colonial de dominação e de silenciamento dos chamados *Outros*. Uma forma de definir quem pode falar e o que pode ser falado.

A partir disso, Kilomba elabora três perguntas que nortearão a discussão aqui proposta:

- Quem pode falar?
- O que acontece quando falamos?
- Sobre o que podemos falar?

A MÁSCARA DO SILÊNCIO: REGIME DE AUTORIZAÇÃO DISCURSIVA

Para respondermos à primeira pergunta, é importante entendermos que, com o passar do tempo, a máscara foi assumindo novas formas. Deixou de ser um instrumento físico de tortura e passou a ser uma ferramenta político-discursiva de impedimento e segregação. Um regime de autorização discursiva que determina quem pode falar, quem está apto e autorizado a falar.

Nesse sentido, cabe a pergunta de Gayatri Spivak (1995), “pode o subalterno falar?”, que problematiza o fato de mulheres indianas não poderem falar e, quando falam, não terem quem as ouça. Nesse contexto, as estruturas de opressão não permitem que essas vozes sejam escutadas e nem oferece espaços para a articulação destas. Sendo assim, Spivak responde à sua pergunta: “Não!” É impossível para a subalterna falar.

Trazendo para o contexto da mulher negra, que está numa posição de maior vulnerabilidade social em comparação com a mulher branca e o homem negro – como pontua Salgueiro (2020), dupla exclusão social: não apenas mulheres, mas mulheres negras – a pergunta se faz ainda mais relevante: pode a mulher negra falar? Sabemos que não. E não pode falar porque foi relegada ao lugar de silêncio, amordaçada, destituída de voz. A ideia de máscara do silêncio coaduna com esse questionamento feito por Spivak,

pois fica evidente que o sujeito negro foi proibido de falar, uma vez que está destinado ao lugar de marginalidade e silêncio

Esse regime de autorização discursiva está presente também nas produções literárias. A estratégia de apagamento das narrativas negras alcança, obviamente, a literatura, que é validada a partir do olhar do homem branco. Como afirma Márcia Maria de Jesus Pessanha:

Como as obras literárias passam pelas instâncias legitimadoras que atuam condicionando sua consagração ou não e como estas instâncias estavam, no início, ligadas ao poder do branco europeu e sua visão de mundo, podemos perceber porque muitas obras, principalmente da literatura negra, não foram contempladas no seio da literatura canônica. (2016, p. 246)

A literatura dita universal, que é constituída pelo homem branco, ainda se apresenta como uma metáfora do poder. Romper com esse modelo arraigado é um desafio. Ademais, nesse processo de silenciamento, podemos incluir o conceito de *Epistemicídio*, cunhado por Boaventura Souza Santos e aprofundado por Sueli Carneiro. Tal conceito escancara o apagamento pelo qual passaram (e passam) as intelectualidades negras. É a morte do pensamento negro, a destruição dos conhecimentos, dos saberes e das culturas não assimiladas pela cultura branca e ocidental.

Como afirma Carneiro (2023), para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção da indigência cultural, principalmente pela deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento de sua capacidade cognitiva. Desse modo, as produções artísticas e literárias são desconsideradas, acabam por serem apartadas do que é considerado cânone, do modelo, do padrão.

Nesse sentido, Cuti (2010) declara que falar e ser ouvido é um ato de poder. Escrever e ser lido, também. E, em consonância com o conceito de máscara do silêncio e epistemicídio, ainda afirma:

Calar o outro é uma das táticas para dominá-lo. A violência colonial serviu para impor limites à expressão dos escravizados. Esse silêncio imposto atravessa o tempo, naturaliza-se. A feição do racismo à brasileira se pauta por silenciar os discriminados. Essa ideologia vai se imiscuir também na avaliação da arte. (2010, p. 58)

Ainda de acordo com Cuti, a literatura é poder e é um dos meios que mais oferecem resistência contra a mordação imposta. Com seu poder de convencimento, de alimentar o imaginário e por ser fonte inspiradora do pensamento e da ação, constitui

elemento crucial nessa luta pela implementação das vozes negras no discurso. Desse modo, sabendo que, em todas as instâncias, quem decide quem pode falar é o sujeito dito universal (porque assim se pensa), é necessário empreendermos um discurso que se afirma como negro e objetiva romper com as barreiras impostas por esse sistema de dominação predominantemente branco, eurocêntrico e masculino.

Quando pensamos na segunda pergunta, precisamos refletir sobre os efeitos que a fala do sujeito negro pode provocar no sujeito branco. Para tanto, vamos recorrer ao conceito de “Outridade” de Grada Kilomba, que consiste na personificação dos aspectos repressores e reprimidos do “eu” do sujeito branco. Ou seja, o sujeito negro torna-se a representação de tudo aquilo que o sujeito branco recalca e esconde em si, tudo com o que esse sujeito não quer se parecer. Sendo assim, quando esse *Outro* fala, dá notícias a esse sujeito branco de seus aspectos reprimidos, faz com que ele seja confrontado com aquilo que rejeita em si mesmo.

Em outras palavras, o sujeito branco fantasia o que a negritude deveria ser e deposita sobre ela as características que abomina em si. Sob essa prisma, em termos psicanalíticos, o chamado “Outro” é sempre o antagonista do “eu”. O sujeito branco aceita apenas uma parte do ego - a parte “boa”, acolhedora e benevolente – que é vivenciada com o “eu”, enquanto o resto - a parte “má”, rejeitada e malévola – é projetada sobre o “Outro”. Segundo Kilomba, o sujeito negro seria a tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: o ladrão violento, o bandido indolente e malicioso.

Isto posto, podemos entender o medo *branco* de ouvir o que seria revelado pelo sujeito negro. São verdades mantidas em silêncio e guardadas como segredos, reprimidas, negadas. Preserva esse sujeito branco de se deparar com as verdades sobre a colonização, a escravização e o racismo. Para isso, o sujeito negro precisa ser mantido em silêncio.

Cida Bento reforça essa teoria ao explicar a origem do conceito de branquitude, quando diz que

foi no bojo do processo de colonização que se constituiu a branquitude. Os europeus, brancos, foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros como principal contraste. A natureza desigual dessa relação permitiu que os brancos estipulassem e se disseminassem o significado de si próprios e do outro através de projeções, exclusões, negações e atos de repressão. (2022, p. 28-29)

Dentro dessa perspectiva, e apoiados nesse suporte histórico, para que esse sujeito branco seja poupado desse confronto desconfortável, segundo explica Bento, existe um

“pacto narcísico da branquitude” que consiste na manutenção dos privilégios, um acordo tácito que garante os direitos dos brancos em detrimento dos direitos dos negros, assim como a negação do racismo e dos efeitos da colonização e da escravização. Sendo assim, como afirma Bento, “o silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana.” (2014, p. 30).

Isto é, o sujeito branco constrói uma rede de proteção que é fortalecida por uma sociedade estruturalmente racista. Há um acordo sem palavras entre a branquitude que blinda esses sujeitos coloniais dos efeitos que a fala do colonizado pode causar. E esse pacto está presente em todas as instituições, inclusive na arte. Na literatura não é diferente.

Como sabemos, os mecanismos de legitimação e as práticas literárias não estão dissociadas de práticas de poder, que Pierre Bourdieu define como “o espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural especialmente)”. Por conseguinte, em contrapartida, é também ele que “determina, a cada momento, as forças a serem lançadas nessa luta” (1996, p. 244). Desse modo, excluem-se obras que não correspondem ao modelo estabelecido por esse cânone, que foi institucionalizado pelos que possuem o capital econômico e cultural. E sabemos bem quem são eles. Certamente não são os negros. Portanto, uma literatura de autoria negra, nesse sentido, é reconhecida por provocar um incômodo, um desvelamento de uma realidade que sempre foi suplantada pela supremacia branca que detém o poder.

Sobre essa tentativa de silenciamento na literatura, a propósito, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie afirma que as histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Segundo Adichie, elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (2019, p. 32). Sob esse prisma, Chimamanda Adichie traz à reflexão os perigos de uma história única, unilateral, contada pelos que possuem o poder, que invisibilizam e subalternizam uma cultura, um povo, uma raça, histórias e memórias.

Conceição Evaristo também corrobora essa ideia ao refletir que o silêncio que o colonizador quis impor à África, a interrupção da fala que o colonizador pretendeu instituir na diáspora produziram seus efeitos, mas a linguagem não é inerte. Tais efeitos

são sentidos e percebidos até hoje, mas, sim, a linguagem é viva e a literatura também. Nesse campo literário onde acontece uma luta tão desigual, a literatura negra surge, depois de todo o histórico de apagamento, a partir de uma necessidade de reversão do lugar de subalterno para o lugar de protagonista, do lugar de objeto para o lugar de sujeito de suas próprias histórias.

A partir do conceito cunhado por Zilá Bernd (1987), estamos falando de um “existir negro”, no qual o autor se afirma como negro e reconstrói o discurso hegemônico. Como muito bem coloca Maria Aparecida Andrade Salgueiro, “deixando de lado o privilégio dado, ao longo dos tempos, a textos, construções e narrativas predominantemente masculinas e brancas.” (2020, p. 100).

Para respondermos à última questão, precisamos pensar, de acordo com Bernd, no surgimento de um emissor que assume sua condição de negro e constitui um marco na divisão entre um discurso sobre o negro, que, sim, esteve presente na literatura brasileira, e um discurso do negro, que desmonta uma construção impregnada de preconceitos e estereótipos, além de resgatar uma memória negra esquecida e alçar ao lugar de destaque vozes silenciadas.

Sabe-se que, historicamente, o conhecimento negro e especificamente, aqui, a literatura negra foram acusados de subjetivos, identitários e parciais. Ou seja, para determinar o que o sujeito negro podia falar, a branquitude estabeleceu que universal, neutro e objetivo eram os conhecimentos portados e produzidos por si. Esses mitos de universalidade, objetividade e neutralidade transformaram o discurso do negro em algo “menor”, colocando-o à margem do campo literário. Sendo assim, esse “Outro” sempre foi retratado a partir do olhar do sujeito branco, sendo apresentado como objeto observado. Como destaca Kilomba, com essas categorizações, o sujeito branco é assegurado de seu lugar de poder e autoridade sobre um grupo que ele está classificando como “menos inteligente”.

Para romper com isso, Kilomba, recorrendo a bell hooks, expõe os conceitos de “*sujeito*” e “*objeto*”, sendo *sujeito* aquele que estabelece suas próprias identidades e nomeia suas histórias, e *objeto* aquele que tem sua identidade definida por outros. Nessa perspectiva, Kilomba afirma que, nessa passagem de objeto para sujeito, a escrita é um ato político revolucionário, uma forma de se colocar contra essa autorização discursiva, esse olhar legitimador instituído pelo branco. Dessa forma, escrever sobre sua própria história, se afastando de uma imagem estigmatizada e saindo do lugar de subalternidade,

constitui um processo de oposição às estruturas de poder que sempre impuseram o silêncio. A máscara é quebrada.

Por isso que, nesse ponto, a escrita, para Conceição Evaristo, por exemplo, é “escrevivência”, maneira de sobreviver e reafirmar a própria negritude. E, do mesmo modo que Conceição Evaristo, observa-se, em nossas produções literárias, uma quantidade expressiva de escritores e escritoras que, estabelecendo um pacto com a literatura, acordaram de não se deixarem silenciar. São sujeitos de suas próprias histórias que, incluindo suas produções nas margens do campo literário consagrado, ressignificam suas existências e afirmam suas identidades na escrita e através da escrita.

Esse desvio do padrão, essa subversão do critério de medida estabelecido colocam-se como um confronto às tentativas de apagamento e genocídio do negro brasileiro, que, de acordo com Abdias do Nascimento, trata-se também de um genocídio intelectual, da morte do pensamento e das epistemologias negras (2016, p. 62-68). Sobre isso, aliás, Conceição Evaristo, afirma: “‘A gente’ combinamos de não morrer” (2016, p. 62).

Segundo esse regime de autorização estabelecido pelo colonizador branco desde o período da escravidão, ao sujeito negro foi destinado o lugar de objeto observado, sobre quem se fala, mas que não pode falar ou, como afirma Patrícia Hill Collins (2020), só pode falar se enquadrar suas ideias na linguagem que é familiar e confortável para o grupo dominante. Entendendo esse lugar social que ocupava até então, muitos autores negros subverteram essa lógica e impuseram seu lugar de fala, assumindo uma posição de enunciador do discurso e sujeito de suas próprias histórias.

Aliás, para entendermos sobre o que o sujeito negro pode falar, levando em conta esse lugar de enunciador do discurso, precisamos considerar esse lugar de onde se fala. Estamos falando do lugar social que esse autor ocupa e se é a partir dele que está se falando. Nesse ponto, podemos buscar apoio no conceito de *lugar de fala*, difundido no Brasil pela filósofa Djamila Ribeiro (2019), a partir dos estudos sobre ponto de vista feminista, cunhados principalmente por Patricia Hill Collins (1990) e Gayatri Spivak (2010). Ribeiro vai associar lugar de fala ao *locus* social. Para ela, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. Nesse sentido, segundo a autora, o falar, no caso do indivíduo negro, refere-se a poder existir, uma vez que, dentro de um regime de autorização discursiva, este foi impedido de falar (2019, 57-64).

Para Ribeiro, “pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social.” (2019, p. 64). Nesse sentido, perceber o lugar de onde se fala é fundamental para entendermos o que está sendo dito, já que o lugar do negro, na maioria das vezes, foi o de subalterno. Dessa forma, associando o conceito de lugar de fala ao campo da literatura, estamos falando de uma história que deve ser contada pela perspectiva do grupo que sofre a opressão, o apagamento e a invisibilização. É imperativo o fomento a esse surgimento de vozes que causem uma interrupção nesse regime de autoridade que desconsidera narrativas negras.

O surgimento dessas vozes insurgentes é fundamental, pois a língua é um instrumento de poder e hierarquização que vem sendo usado pelo sujeito branco para dominar e silenciar o “Outro” e manter seus privilégios intactos. Grada Kilomba reforça isso, quando diz que

a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é *normal* e de quem é que pode representar a *verdadeira condição humana*. (KILOMBA, 2019, p. 14)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ficou evidente neste trabalho, e como bem coloca Grada Kilomba, a língua – neste caso, tendo como representação a linguagem literária – impõe e mantém relações de poder e promove a hierarquização de grupos sociais. O que foi proposto aqui tem a ver com o deslocamento do lugar em que a literatura negra, muitas vezes considerada marginal e periférica, ainda está situada. Recorrendo a bell hooks, entendemos que a margem é tanto um local de repressão quanto um local de resistência (hooks, 2019). Por isso, se onde há opressão, há resistência, a literatura negra insurge contra todo o apagamento e silenciamento que sofreu.

Propõe-se a valorização de um texto literário que se caracterize por um protagonismo negro, ou seja, uma literatura negra que privilegie indivíduos que sempre foram destinados, na sociedade e também dentro do espaço literário, a um lugar de subalternidade, silenciamento e estereótipos. Assim, é importante a necessidade de reversão desse lugar. Segundo Grada Kilomba, “por causa do racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão fora do lugar e, por essa razão, corpos que não podem pertencer.” (2019, p. 56). Assim como os corpos, as

epistemologias negras também são consideradas impróprias, subjetivas e “fora do lugar”. Portanto, na literatura, sabemos, também é assim. É como se não pudessem realmente pertencer àquele espaço.

Vale ressaltar que o negro na literatura sempre esteve na posição de objeto observado a partir de uma lente estigmatizadora. E, agora, ele ocupa o lugar de protagonista e, mais que isso, de sujeito da narrativa, partindo do lugar social que ocupa como sendo negro numa sociedade racista, escrevendo de uma forma que permita que seus iguais se reconheçam e se sintam pertencentes, mas alcançando a todos. Porque a literatura negra não é escrita só para negros, ela não é apenas subjetiva, ela também é universal. É essa ideia de universalidade da literatura hegemonicamente branca e eurocêntrica que precisa ser combatida.

Colocar em cena novos sujeitos, aliás, colocar em destaque novos sujeitos. Este também deve ser o papel de uma literatura que se pretende humanizadora e social. Para além da fruição, do prazer, do conhecimento, propõe-se uma literatura que subverta os modelos arraigados e que, por muito tempo, relegaram ao esquecimento e ao lugar de inferioridade outras manifestações culturais e artísticas. Expressões outras que desviavam do padrão estabelecido pelo homem branco europeu, dito universal, que definiu o que seria o cânone literário e suplantou tudo o que era diverso. Mas, replicando o que disse Pessanha, “o silêncio irá se transformar em canto, com muitas vozes negras, em coro, preenchendo os vazios da escrita literária e outros, na tessitura da epopéia do povo negro” (2016, p. 253).

Estilhaçar a máscara do silêncio, romper com a mudez imposta, falar sobre si mesmo a partir de suas próprias experiências e subverter a lógica colonial de dominação têm sido os caminhos percorridos pela literatura negra brasileira, que, empenhada em empreender um novo discurso do e sobre o negro, vem recuperando os espaços que foram negados até então. Como destaca Kilomba, o autor negro fala sobre sua própria realidade, a partir de sua própria perspectiva por muito tempo calada, tornando-se, assim, sujeito. Portanto, agora, “o lixo vai falar, e numa boa.”

Uma vez que, internamente, o *sujeito negro* está fora de uma ordem colonial, todo o processo alcança um estado de *descolonização*; isto é, internamente, não se existe mais como a/o “*Outra/o*”, mas como o eu. Somos eu, somos *sujeito*, somos quem descreve, somos quem narra, somos autoras/es e autoridade da nossa própria realidade. Assim, tornamo-nos *sujeito*. (KILOMBA, 2019, p. 238)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERND, Zilá. **O que é negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERND, Zilá. **Introdução à literatura negra**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1996.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São paulo: Unversidade de São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CARONE, Iray. BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CUTI. **Liteatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira**. In: PEREIRA, Edimilson de Almeida (Org.). **Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.
- EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador – BA: EDUFBA, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984.
- hooks, bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Elefante, 2019.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- PESSANHA, Márcia Maria de Jesus. O negro na literatura I. In: OLIVEIRA, Iolanda de. PESSANHA, Márcia Maria de Jesus (Orgs.). **Educação e relações raciais**. Rio de Janeiro: CEAD/UFF. 2016.



RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. **Escrevivência**: conceito literário de identidade afro-brasileira. In: **Escrevivência**: a escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. DUARTE, Constância Lima. NUNES, Isabella Rosado (orgs.). Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.